

As possíveis consequências da atual agenda econômica

A despeito da grave crise econômica que o Brasil vem enfrentando nos últimos anos¹, passados seis meses do governo Bolsonaro, o que se tem observado até agora, por um lado, é a preocupação do presidente em querer, unicamente, desconstruir os princípios político-ideológicos e as ações econômico-sociais dos governos anteriores, mais especificamente dos petistas, e, por outro, a miopia do ministro Paulo Guedes em achar que sua agenda econômica liberal – baseada nas privatizações de “peixes grandes”, como disse o ministro, na reforma da previdência, na austeridade fiscal e na desregulamentação dos mercados – é capaz de fazer com que o país saia da estagnação e retome os rumos do crescimento.

No que se refere ao segundo ponto, não é demais chamar a atenção para o fato de que a proposição “guedesiana” de choque de liberalismo (i) se contrapõe à dinâmica intervencionista do Estado e dos bancos centrais na economia mundial, respectivamente via políticas fiscais contracíclicas e pelo afrouxamento de liquidez, em curso desde a crise financeira internacional, 2007-2008, e a grande recessão, 2009-2010, (ii) desconsidera que, historicamente, o *catching-up* e o desenvolvimento econômico e social das economias capitalistas passam pela articulação entre Estado, mercado e instituições² e, talvez o mais importante, (iii) vai de encontro ao *modus operandi* do capitalismo brasileiro, uma vez que, desde os anos 1950, os ciclos econômicos da economia brasileira têm sido caracterizados pela presença do Estado na economia, seja como planejador e regulador da atividade econômica, seja como indutor do processo produtivo.

Diante do exposto, duas reflexões:

Primeira, para que o país saia da estagnação e tenhamos a retomada do crescimento econômico são necessárias medidas econômicas que criem as condições favoráveis para despertar o *animal spirits*³ dos agentes econômicos, especialmente dos empresários. Para tanto, são imprescindíveis (i) políticas monetária e fiscal contracíclicas e a operacionalização de um regime de câmbio flutuante administrado, com vistas à manu-

tenção de uma taxa de câmbio real efetiva estável e competitiva, são imprescindíveis, (ii) reformas estruturais, tais como “desprivatização” do Estado, tributária e previdenciária, e (iii) políticas institucionais, entre as quais industrial e salarial.

Segunda, se o governo Bolsonaro insistir na adoção de uma agenda econômica que não soluciona os problemas do país, mas muito pelo contrário tende a agravá-los, é bem provável que as expectativas dos eleitores do presidente e das elites político-econômicas sejam frustradas e a popularidade do governo continue indo “ladeira abaixo”. Diante dessa possibilidade e considerando que o governo tem dificuldades para obter base política que assegure sua governabilidade, não está descartada a hipótese de que tenhamos a repetição da crise político-institucional do início dos anos 1990.

1 Entre 2015 e 2018 a taxa de variação do Produto Interno Bruto acumulou uma queda de aproximadamente 5,0%.

2 Para maiores detalhes, ver: Chang, H-J. (2011). *23 Things They Don't Tell You About Capitalism*, New York, Penguin Books.

3 O conceito de *animal spirits* é apresentado por J.M. Keynes (1936/2007) em *The General Theory of Employment, Interest and Money*, New York, Palgrave Macmillan.



Arquivo Pessoal

FERNANDO FERRARI FILHO

Professor titular aposentado da UFRGS, pesquisador Nível do 1 do CNPq e professor visitante da Washington and Lee University/EUA